



As Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos do Senado realizaram audiência pública para discutir a PEC

Professores são contra a proposta

Os professores do Instituto de Economia da **Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)**, Pedro Paulo Zalueth Bastos e Guilherme Santos Mello, apresentaram argumentos contra a PEC do Teto.

Segundo Pedro Bastos, a despesa primária sobre o PIB – se o PIB crescer, a partir de 2021, a uma taxa de 2,5% – vai cair de 20% para 12% do PIB em 2036. “Isso é menos do que a despesa primária sobre o PIB dos países africanos. Então, a proposta de país que a PEC oferece é um Estado que é do tamanho do Estado dos países africanos de mais baixa renda. Isso significa o seguinte: se você aumentar os gastos com previdência e manter os gastos em educação e saúde, nada

mais nada menos que todos os outros gastos do governo vão ter que caber, em 2036, em menos do que 1% do PIB. Isso é absolutamente inviável.”

Para Bastos, a PEC é muito injusta do ponto de vista social. “Ela vai, certamente, impedir a recomposição do salário mínimo, porque o aumento dele é responsável pelo aumento das transferências sociais. Ela vai reduzir fortemente o gasto social”, afirmou. “Posso dizer, então, que, de certo modo, a PEC, tal como está, pune os inocentes, os dependentes do gasto social e da previdência, e nada faz com os criminosos, com os sonegadores fiscais e com privilegiados pela estrutura tributária regressiva”.

O professor Guilherme

Mello argumentou que há alternativas mais justas à PEC, como a reforma do sistema tributário. “O Brasil é um dos pouquíssimos países do mundo que não tributa lucro e dividendo. Outra coisa: imposto sobre grandes fortunas. Há exemplos muito bem-sucedidos no mundo de impostos de grandes fortunas, no Uruguai, na França. Por que não vamos copiar esses exemplos? No Brasil, nós temos uma das taxas mais baixas de impostos sobre heranças, criando, na verdade, uma forma não meritocrática, porque o sujeito herda uma riqueza enorme, não paga taxa sobre isso e não precisa trabalhar, pois ele é rico por causa de herança”.

O economista também

defendeu a recriação de alíquotas adicionais do Imposto de Renda para Pessoa Física. “O Brasil é um dos países que têm a taxa máxima mais baixa do mundo, criando aquele cenário de regressividade do Imposto de Renda nas altas rendas. E [deve] rever algumas regras de abatimento na base de cálculo do IRPF. Por exemplo, no Brasil, você pode abater ilimitadamente despesa com saúde. Vamos criar um limite para isso?”, questionou.

O professor Mello argumentou que o aumento da carga tributária pode ser compensado com redução dos impostos em cascata sobre produção e consumo e com a isenção do Imposto de Renda para pessoas mais pobres.